



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**CONTRATO N. 167/2010**

**Contrato de garantia, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 295 do Pregão n. 135/2010, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Sul Comercial Ltda., decorrente da Ata de Registro de Preços n. 108/2010 (Pregão n. 135/2010), em conformidade com as Leis n. 10.520/2002, 8.666/1993, 8.078/1990, 8.248/1991, e com os Decretos n. 5.450/2005 e 7.174/2010.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado em São José/SC e, de outro lado, a empresa **SUL COMERCIAL LTDA.**, estabelecida na Rua 24 de Maio, 174, Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90050-180, telefone (51) 3224-1960, inscrita no CNPJ sob o n. 09.659.006/0001-40, doravante denominada Contratada, neste ato representada pela sua Procuradora, Senhor Ana Cristina Schumacher Genro, inscrita no CPF sob o n. 970.960.590-91, residente e domiciliada em Porto Alegre/RS, tem entre si ajustado o presente **CONTRATO DE GARANTIA** aos produtos objeto da Ata de Registro de Preços n. 108/2010, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 8.248, de 23 de outubro de 1991, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005 e 7.174, de 12 de maio de 2010, e com o Pregão antes mencionado, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A Contratada obriga-se a prestar, pelo período de 12 (doze) meses, garantia aos produtos que vierem a ser fornecidos ao Contratante por meio da Ata de Registro de Preços n. 108/2010, decorrente do Pregão n. 135/2010.

1.1.1. O prazo de garantia acima fixado inicia-se a partir recebimento definitivo dos produtos pelo setor competente do TRESA.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DA GARANTIA**

2.1. Após o recebimento dos produtos na sede do TRESA, estes serão conferidos pelo setor competente. Sendo constatada qualquer irregularidade, os

equipamentos indicados deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, pela empresa contratada, de notificação emitida pelo TRESA.

2.2. A garantia abrange todas as partes dos produtos.

2.3. Em caso de conserto do objeto durante o prazo de garantia, o prazo máximo para devolução do aparelho consertado é de 5 (cinco) dias úteis, contados da abertura de chamado pelo setor competente do TRESA.

2.4. Relativamente ao ITEM 1 da Ata de Registro de Preços, a empresa contratada deverá substituir o produto, por outro idêntico ou superior, no prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação do TRESA que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a 2 (duas) vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído - por ação ou omissão - servidor do TRESA.

2.5. A garantia a que se refere este Contrato compreende o atendimento gratuito, pela Contratada, aos chamados técnicos, em qualquer quantidade, para reparação ou substituição, nos termos deste Contrato, no todo ou em parte, do produto fornecido em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

2.6. Em caso de conserto ou substituição do produto, correrão à conta da empresa contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO**

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES**

5.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

5.2 Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar na execução deste Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e,
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

5.2.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 5.2. são de competência da

autoridade máxima deste Tribunal.

5.3. Para os casos não previstos na subcláusula 5.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do(s) produto(s);
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

5.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da subcláusula 5.3 é de competência do Presidente do TRESA.

5.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no conserto ou na substituição do produto durante o período da garantia, nos termos das subcláusulas 2.3 e 2.4, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do bem em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

5.5. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 5.3, alíneas “a”, “b” e “c”, e 5.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

5.6. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

5.7. Da aplicação da penalidade prevista na alínea “d” da subcláusula 5.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

6.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

6.2. Nos casos de rescisão previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

7.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção de Equipamentos, ou seu substituto, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.2. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante.

8.3. O Contratante não se obriga a adquirir os bens objeto da Ata de Registro de Preços n. 108/2010, nos termos do Decreto n. 3.931/2001.

## **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2010.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

ANA CRISTINA SCHUMACHER GENRO  
PROCURADORA

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER  
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ERON DOMINGUES  
COORDENADOR DE SUPORTE E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA